

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE BRAGA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Norma habilitante

O presente regimento interno tem por norma habilitante o artigo 26.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro.

Artigo 2.º

Objeto

O presente regimento estabelece as normas de funcionamento do Conselho Municipal de Juventude de Braga, doravante designado por CMJ.

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CMJ

Secção I

DA COMPOSIÇÃO DO CMJ

Artigo 3.º

Membros do CMJ e sua substituição

1 - O CMJ é composto por elementos representantes das entidades referidas no artigo 4.º e são designados por estas mediante comunicação escrita dirigida ao presidente do CMJ.

2 - A comunicação escrita referida no número anterior deve mencionar a identificação do representante da entidade e os elementos necessários para a realização de comunicações e, pode incluir, ainda, a identificação dos representantes suplentes.

3 - As entidades referidas nas alíneas *d)* a *i)* do artigo 4.º podem substituir os seus representantes a todo o momento, pela forma prevista no n.º 1.

4 - O Presidente da Câmara Municipal pode fazer-se substituir pelo Vereador com funções atribuídas na área da Juventude, ou por alguém por si indicado.

Artigo 4.º
Composição

Compõem o CMJ:

- a) O Presidente da Câmara Municipal, que o preside;
- b) Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal;
- c) O representante do Município no Conselho Regional de Juventude;
- d) Um representante de cada associação juvenil com sede no Município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no Município;
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no Município;
- g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de atuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no Município representem mais de 50% dos associados;
- h) Um representante de cada juventude partidária com representação nos órgãos do município;
- i) Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

2 – Os partidos políticos e os grupos de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal devem indicar preferencialmente um representante que tenha idade inferior a 35 anos.

3 - Os representantes das associações e federações referidas nas alíneas d) a i) do n.º 1 deverão ter preferencialmente idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos.

4 - Compete ao presidente do CMJ proceder à notificação das entidades referidas no n.º 1 para que estas indiquem o seu representante no CMJ.

Artigo 5.º
Mandato e sua duração

1 - Os elementos que constituem o CMJ terão um mandato com uma duração igual à do cargo que desempenham na entidade que representam.

2 - O mandato dos membros do CMJ cessante considera-se prorrogado até à designação dos novos membros para um novo mandato.

Secção II
DAS COMISSÕES

Subsecção I
Da Comissão Permanente

Artigo 6.º
Composição

- 1 - A comissão permanente é composta por um presidente e 4 membros, eleitos pelo plenário do CMJ.
- 2 - Os membros do CMJ detentores da qualidade de autarca não poderão ser eleitos para a comissão permanente.

Artigo 7.º
Competências

As competências da comissão encontram-se fixadas no artigo 20.º do Regulamento do CMJ.

Subsecção II
Das Comissões Eventuais

Artigo 8.º
Composição e funcionamento

- 1 - As comissões eventuais são constituídas por tempo limitado, sempre que o plenário considerar pertinente a sua intervenção na definição das políticas de juventude.
- 2 - A composição, aprovação e funcionamento das comissões são decididas pelo plenário de acordo com as necessidades julgadas pelo CMJ.

Artigo 9.º
Atuação

- 1- As comissões eventuais elaborarão pareceres sobre as problemáticas que lhes sejam apresentadas;
- 2 - Os pareceres elaborados pelas comissões serão submetidos à apreciação do plenário.

Secção III
PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS

Artigo 10.º
Observadores

- 1 - Têm direito a assento no CMJ, na qualidade de observadores permanentes, sem direito de voto:
 - a) O Vereador da Camara Municipal de Braga com a tutela da área da juventude;

- b) Um representante de cada organização de Escuteiros, ou equivalentes, com sede no município;
 - c) Um representante de cada grupo de jovens de outras confissões religiosas como tal reconhecidas, nos termos da Lei da Liberdade Religiosa, que tenham lugar ou lugares de culto no município;
 - d) Outras entidade ou orgaos publicos ou privados locais sem direito a voto, nomeadamente, instituições particulares de solidariedade social sedeadas no concelho e que desenvolvam a titulo principal actividades relacionadas com a juventude, bem como associacoes juvenis ou grupos informais de jovens.
2. Podem ainda ser convidados a participar nas reunioes do CMJ, sem direito a voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de orgaos da autarquia ou dirigentes, representantes das entidades referidas no numero anterior que nao disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades publicas ou privadas cuja presenca seja considerada util para os trabalhos, por proposta aprovada por maioria de dois terços pelo CMJ.
- a) Um representante do Conselho Municipal de Educação;
 - b) Um representante do Conselho Municipal de Desporto;
 - c) Um representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
 - d) Outras entidades a designar por decisão do CMJ.
- 3 — A atribuição do estatuto de observador permanente deverá ser proposta e deliberada pelo CMJ, em plenário, por pelo menos dois terços dos membros presentes.

Artigo 11.º

Participantes externos

Por deliberação do CMJ podem ser convidados a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no artigo anterior que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO DO CMJ

Secção I

DO FUNCIONAMENTO DO CMJ

Subsecção I

Do Plenário

Artigo 12.º

Composição

O plenário é composto pelos elementos referidos no artigo 4.º do presente regimento e presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, ou no caso de impossibilidade deste, pelo Vereador do Pelouro da juventude ou por alguém por si indicado.

Artigo 13.º

Mesa do plenário

A mesa do plenário é composta pelo presidente do CMJ e por dois secretários eleitos pelo plenário no início de cada mandato.

Artigo 14.º

Competências da mesa do plenário

1 - Compete ao presidente do CMJ:

- a) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- b) Elaborar a ordem do dia e proceder à sua distribuição;
- c) Abrir a sessão e proceder ao seu encerramento no final dos trabalhos;
- d) Dirigir os trabalhos e zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- e) Assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações;
- f) Admitir ou rejeitar moções, propostas, reclamações, protestos ou requerimentos;
- g) Conceder e retirar a palavra, nos termos regulamentares, assegurando o cumprimento da ordem de trabalhos;
- h) Propor à discussão e votação as propostas e moções admitidas;
- i) Submeter à votação os requerimentos admitidos;
- j) Apreciar e decidir das reclamações relativas ao funcionamento do plenário;
- k) Assegurar a redação final das deliberações;
- l) Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
- m) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros do CMJ;
- n) Propor alterações ao Regimento do CMJ e promover a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
- o) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros do CMJ;
- p) Comunicar à entidade respetiva as faltas do seu representante às reuniões do CMJ.

2 - Compete aos secretários coadjuvar o presidente do CMJ, designadamente:

- a) Assegurar o expediente;
- b) Lavrar as atas das reuniões;
- c) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como efetuar o registo das votações;
- d) Ordenar a matéria a submeter a votação;

- e) Organizar as inscrições dos membros do CMJ que pretendam usar da palavra e registar os respetivos tempos de intervenção;
- f) Servir de escrutinador.

Artigo 15.º

Funcionamento

- 1 - O plenário do CMJ reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo duas das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de atividades e ao orçamento do Município e a outra destinada à apreciação do relatório de atividades e contas do Município.
- 2 - O plenário do CMJ reúne ainda extraordinariamente por iniciativa do seu presidente ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito de voto.
- 3 - As reuniões do CMJ devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus membros.

Subsecção II Das sessões

Artigo 16º

Local das Sessões

- 1 - As sessões do CMJ realizam-se no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, em Braga.
- 2 - Por razões consideradas relevantes, as sessões poderão decorrer noutra local dentro da área do Município.
- 3 - A convocação da sessão, nos termos do número anterior, depende de decisão do presidente do CMJ.

Artigo 17º

Requisitos das sessões e quorum

- 1- O plenário CMJ funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
- 2 - Se a maioria dos membros não estiver à hora designada, esta iniciar-se-á decorridos trinta minutos, independentemente do número de membros presentes.

Artigo 18º

Continuidade das Sessões

As sessões podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Interrupção, por espaço até 10 minutos.

Subsecção III
Da convocatória e da ordem de trabalhos

Artigo 19º
Convocatória

- 1 - Os membros do CMJ são convocados para as sessões ordinárias pelo presidente do CMJ, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de 15 dias seguidos.
- 2 - As convocatórias das sessões serão assinadas pelo presidente do CMJ, delas constando o dia, hora e local em que se realizarão, com a indicação da ordem de trabalhos.
- 3 - As sessões extraordinárias são convocadas pelo presidente do CMJ no prazo de 8 dias contados da entrega do requerimento a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º.
- 3 - Caso o presidente não convoque as sessões extraordinárias nos termos do número anterior no prazo de oito dias, contados da entrega do requerimento para o efeito, o primeiro subscritor do requerimento pode remeter as convocatórias.
- 4 - Quaisquer alterações ao dia, hora e local fixados para as sessões serão comunicadas a todos os membros do CMJ.

Artigo 20.º
Ordem de Trabalhos

- 1 - Cada sessão tem uma ordem de trabalhos estabelecida pelo presidente do CMJ.
- 2 - Em cada sessão ordinária há um período de antes da ordem de trabalhos e um período de ordem de trabalhos.
- 3 - Nas sessões extraordinárias só há o período de ordem de trabalhos.
- 4 - O presidente do CMJ deve incluir na ordem de trabalhos, os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do CMJ, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 10 dias seguidos sobre a data da sessão.
- 5 - A ordem de trabalhos deve ser entregue a todos os membros do CMJ com a antecedência de, pelo menos, oito dias seguidos sobre a data da sessão.
- 6 - A alteração da ordem de trabalhos só será aceite se pelo menos dois terços dos membros do plenário reconhecerem urgência imediata na deliberação de outros assuntos.

Artigo 21º
Período de antes da ordem de trabalhos

- 1 - O período de antes da ordem de trabalhos destina-se ao tratamento de assuntos gerais da área da juventude de interesse para o Município.
- 2 - O período de antes da ordem de trabalhos terá a duração máxima de trinta minutos.

3 - Este período inicia-se com a realização pelo Presidente do CMJ, dos seguintes procedimentos:

- a) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que ao presidente do CMJ cumpra produzir;
- b) Interpelações, mediante perguntas orais ao presidente do CMJ, sobre assuntos da respectiva administração, e respostas deste;
- c) Apreciação, por qualquer membro, de assuntos de interesse geral da área da juventude para o Município;
- d) Votação de propostas de recomendação ou pareceres que sejam apresentados pelos membros, solicitados pela Câmara Municipal ou pela Assembleia Municipal.

Artigo 22º

Período da ordem de trabalhos

1 - O período da ordem de trabalhos inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da convocatória.

2 - No início do período da ordem de trabalhos, o presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.

3 - A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das sessões ordinárias, depende de deliberação tomada, pelo menos, por dois terços dos membros presentes, que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto.

Subsecção IV

Das regras do uso da palavra

Artigo 23º

Regras do uso da palavra pelos oradores

1 - No uso da palavra, os oradores não podem ser interrompidos sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas as interrupções, as vozes de concordância ou de discordância ou análogas.

2 - O orador será advertido pelo presidente quando se desviar objetivamente do assunto em discussão, da figura apresentada para usar da palavra, ou quando se torne ofensivo ou injurioso, podendo, em qualquer caso, o presidente retirar-lhe a palavra se insistir na atitude.

3 - O orador a quem é cortada a palavra pode recorrer de imediato para o plenário.

Artigo 24º

Regras do uso da palavra para discussão no período antes da ordem de trabalhos

- 1 - Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador, em função do tempo de duração do período de antes da ordem de trabalhos, estabelecido no n.º 2 do art. 21.º, para o que respeitará o número de oradores inscritos.
- 2 - A nenhum orador inscrito será atribuído um tempo de intervenção inferior a três minutos, mas os tempos de intervenção, atribuídos nos termos do número anterior, não poderão ser ultrapassados.
- 3 - A cada orador cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções do presidente.

Artigo 25º

Regras do uso da palavra para discussão no período da ordem de trabalhos

- 1 - No início de cada ponto da ordem de trabalhos, o presidente do CMJ dá conhecimento do assunto em análise e abre as inscrições para discussão.
- 2 - Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador, em função do tempo de duração da sessão e do número de pontos da ordem de trabalhos, para o que respeitará o número de oradores inscritos.
- 3 - A nenhum orador inscrito será atribuído um tempo de intervenção inferior a três minutos, mas os tempos de intervenção, atribuídos nos termos do número anterior, não poderão ser ultrapassados.
- 4 - No fim das intervenções a palavra é concedida ao presidente do CMJ para prestar os esclarecimentos que, eventualmente, sejam solicitados.

Artigo 26º

Regras do uso da palavra pelo Presidente do CMJ

- 1 - A palavra é concedida ao presidente ou seu representante, no período de antes da ordem de trabalhos, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos membros do CMJ.
- 2 – No período da Ordem do Dia, a palavra é concedida ao Presidente da CMJ ou ao seu substituto legal para:
 - a) prestar informação relativa à actividade desenvolvida pelo Pelouro da Juventude;
 - b) Intervir nas discussões sem direito a voto

Artigo 27º

Regras do uso da palavra dos membros do CMJ

A palavra é concedida aos membros do CMJ para:

- a) Tratar de assuntos de interesse municipal na área da juventude;

- b) Participar nos debates;
 - c) Emitir votos e fazer declaração de voto;
 - d) Invocar o regimento ou interpelar o presidente;
 - e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município na área da juventude;
 - f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
 - g) Fazer requerimentos;
 - h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
 - i) Interpor recursos
2. A palavra é concedida aos observadores e participantes do CMJ sempre que o Presidente do CMJ ou seu substituto legal considere pertinente a sua intervenção.
3. A decisão referida no número anterior poderá sempre ser alvo de recurso para o Plenário

Subsecção V

Das figuras a invocar

Artigo 28º

Declaração de Voto

- 1 - Cada membro do CMJ tem o direito a expressar uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
- 2 - As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso, três minutos.
- 3 - As declarações de voto escritas são entregues ao presidente até ao final da sessão, que as lerá em voz alta, assim as receba.

Artigo 29º

Invocação do Regimento ou Intepelação ao Presidente do CMJ

- 1 - O membro do CMJ que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
- 2 - Os membros do CMJ podem interpelar o presidente quando tenham dúvidas sobre decisões deste na orientação dos trabalhos.
- 3 - O uso da palavra para invocar o regimento, ou para interpelar o presidente, não pode exceder os três minutos.

Artigo 30º

Formular ou responder a pedidos de esclarecimento

- 1 - A palavra para esclarecimentos limitar-se-á a formulação sintética da pergunta e da respetiva resposta, sobre matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.

2 - Os membros do CMJ que queiram formular ou responder a pedidos de esclarecimentos, devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitar, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição.

3 - Os oradores não podem exceder três minutos por cada intervenção.

Artigo 31º

Requerimentos

1 - Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o presidente sempre que o entender por conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.

2 - Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder três minutos.

3 - Os requerimentos, depois de admitidos, serão votados sem discussão.

Artigo 32º

Ofensas à honra ou à consideração

1 - Sempre que um membro do CMJ considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, em sua defesa, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.

2 - O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.

Artigo 33º

Interposições de recurso

1 - Qualquer membro do CMJ pode recorrer para o plenário, de decisões do presidente.

2 - O membro do CMJ que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso, por tempo não superior a três minutos.

Subsecção VI

Das deliberações e votações

Artigo 34.º

Deliberações

1 - O plenário delibera com a presença da maioria dos seus membros, exceto se for convocado com carácter de urgência, caso em que basta estar presente um terço dos seus membros.

2 - As deliberações são tomadas por votação nominal e por maioria simples dos votos presentes, excluindo as abstenções.

3 - O presidente tem voto de qualidade.

Artigo 35º

Maioria

1 - As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número dos membros do CMJ.

2 - As abstenções não contam para o apuramento de maioria.

Artigo 36º

Voto

1 - Cada membro do CMJ tem direito a um voto.

2 - Nenhum membro do CMJ presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

Artigo 37º

Formas de votação

1 - As votações realizam-se por uma das seguintes formas:

- a) Por levantados e sentados ou de braço no ar;
- b) Por escrutínio secreto;
- c) Por votação nominal.

2 - No decurso da votação não são admitidos recursos para votações em alternativa.

Artigo 38º

Escrutínio secreto

Far-se-ão por escrutínio secreto:

- a) As eleições;
- b) A apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa;
- c) Nos casos em que o plenário expressamente o deliberar.

Artigo 39º

Votação nominal

1 - A votação nominal efetua-se quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pelo plenário.

2 - A votação nominal far-se-á por ordem alfabética dos membros.

Artigo 40º

Empate na votação

1 - Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se persistir, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal, se na primeira votação desta reunião se repetir o empate.

2 - Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto será feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

Subsecção VII

Atas

Artigo 41.º

Atas das reuniões

1 - De cada sessão será lavrada ata, na qual se registará o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente a data e local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

2 - As atas são lavradas, sempre que possível, pelos secretários do CMJ, de acordo com a alínea b) o n.º 2 do art.º 14º do presente regimento, e postas à aprovação de todos os membros na reunião seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pela mesa do plenário.

3 - Qualquer membro ausente na sessão de aprovação de uma ata, de onde constem ou se omitam tomadas de posições suas, pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

4 - As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.

5 - As deliberações do plenário só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

6 - Poderão ser efetuadas gravações áudio das sessões, que se destinarão, exclusivamente, a ajudar à feitura da ata ou a esclarecer dúvidas dos membros do CMJ acerca da sua fidelidade, não podendo ser utilizadas para quaisquer outros fins.

7 - As gravações efetuadas nos termos do número anterior ficarão à guarda dos secretários do plenário, que as deverão destruir, logo que a ata da sessão em causa seja aprovada e se mostrem esgotados os prazos de impugnação da deliberação que aprove a ata.

Artigo 42º

Registo na ata de voto de vencido

1 - Os membros do CMJ podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

2 - Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

3 - O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

Secção II

Secções Especializadas Permanentes

Artigo 43.º

Noção

As secções especializadas permanentes são constituídas por grupos de trabalho que desenvolvem estudos e preparam pareceres nas áreas de associativismo juvenil, solidariedade, justiça social, igualdade e oportunidades, emprego e formação, planeamento familiar e sexualidade, prevenção e tratamento de dependências, tolerância social, étnica e religiosa, desporto, arte e cultura, cidadania, ambiente, proteção civil, habitação e urbanismo.

Artigo 44.º

Organização e funcionamento

- 1 - A constituição das secções é aprovada em plenário.
- 2 - As secções são compostas por membros do CMJ, com direito a voto.

Artigo 45.º Trabalhos realizados

- 1 - As secções devem pronunciar-se sobre os assuntos que lhes digam respeito, analisando a sua relevância social, os custos associados e o impacto expectável.
- 2 - Os trabalhos desenvolvidos pelas secções devem ser levados ao conhecimento do CMJ reunido em plenário.

Secção III

Faltas

Artigo 46º

Verificação das faltas e processo justificativo

- 1 - Constitui falta a não comparência a qualquer reunião.
- 2- Será considerado faltoso o membro do CMJ que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião.
- 3 - As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
- 4 - O pedido de justificação de faltas será feito pelo interessado, por escrito e dirigido ao presidente do CMJ, no prazo de cinco dias a contar da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, na reunião seguinte.

5 - Nos casos em que seja recusada a justificação da falta, o interessado será notificado da decisão pelo presidente do CMJ, por via postal registada com aviso de receção.

6 - Da decisão referida no número anterior, poderá o interessado recorrer para o plenário.

CAPÍTULO IV DO APOIO AO CMJ

Artigo 47º

Apoio ao CMJ

1 - O CMJ dispõe, sob a orientação do respetivo presidente, de um núcleo de apoio próprio composto por funcionários do Município, nos termos definidos pelo presidente do CMJ.

2 - O CMJ dispõe igualmente de instalações e equipamento necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 48º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas que surjam na interpretação deste regimento, serão resolvidas por deliberação do CMJ.

Artigo 49.º

Direito subsidiário

As matérias que não se encontram expressamente reguladas no presente Regimento regem-se pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 50.º

Alterações ao Regimento

O regimento do CMJ pode ser alterado por proposta do presidente ou por proposta de pelo menos um terço dos seus membros, a qual terá de ser aprovada com os votos favoráveis de dois terços dos seus membros.

Artigo 51.º

Entrada em vigor

Este regimento entrará em vigor logo após a sua aprovação pelo plenário do CMJ.